

Nº.: SAIDA/2022/28121

Data: 2022-09-19

Para: **JUSTINO GOMES BESSA & FILHOS, LDA**

A/C:

V/Ref.: Proposta de 06/09/2022

De: DJAG/DFA

Nº. de Folhas:
(incluindo esta)

02

Proc. nº.: 0744/2022/DJAG/DFA

N/Ref.:

Assunto: **Notificação de Adjudicação referente à Aquisição de Pneus e Serviços Complementares para as Diversas Viaturas da Frota Municipais, via DGAT/DTO da CMO**

Exmos. Senhores,

Serve o presente para notificar que em relação ao processo em epígrafe, foi adjudicado à vossa empresa, por despacho do Sr. Presidente da Câmara, datado de 19/09/2022, no valor global de € **19.512,20** (dezanove mil, quinhentos e doze euros, vinte cêntimos), acrescidos de IVA, conforme a vossa proposta remetida através de correio eletrónico datado de 09/09/2022.

Sem prejuízo da posterior redução a escrito esta prestação de serviço terá início no 1º dia útil seguinte à data de habilitação, não podendo ser dado início a qualquer aspeto de execução do contrato antes da apresentação de todos os documentos, nos termos da Cláusula 5ª do Caderno de Encargos, **e terá a duração de 36 (trinta e seis) meses ou até esgotar o valor contratual.**

1. Nesta conformidade, deverá V. Exa. apresentar o(s) documento(s) de habilitação, abaixo indicado(s), no **prazo de 10 (dez) dias**, sob pena de caducidade da adjudicação, de acordo com o disposto nas disposições do artigo 86º do Código dos Contratos Públicos (CCP):

a) Declaração emitida conforme modelo constante do **Anexo II**, referente à alínea a) do nº 1 do artigo 81º do CCP (com data posterior à da adjudicação);

b) Documento comprovativo de que não se encontra na situação prevista nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55º do CCP, a saber, **Certificado de registo criminal singular de todos os titulares dos órgãos sociais da administração ou gerência, Declaração da situação relativamente à contribuição para a Segurança Social e Declaração da situação regularizada ao Estado Português (Impostos) ou disponibilização do código de acesso para a consulta online e Certificado de registo criminal de pessoa coletiva;**

c) **Fotocópia da certidão da Conservatória do Registo Comercial** ou a disponibilização da informação constante da certidão *online*, nos termos do Decreto-Lei nº 76-A/2006, de 29 de março, devendo para o efeito ser mencionado o respetivo código de acesso;

d) Comprovativo da inscrição no Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE), devendo para o efeito ser disponibilizado o respetivo código de acesso, nos termos do disposto no n.º 1, alínea b) do artigo 37.º da Lei n.º 89/2017 conjugado com o artigo 3.º da Portaria 200/2019, de 28 de junho.

2. Anexamos, também, a minuta do contrato de prestação de serviços para análise e indicação de aprovação.

Nos termos do artigo 290º-A do CCP, e no sentido de articular o presente procedimento, informa-se que o Gestor de Contrato é [REDACTED] da Divisão de Transportes e Oficinas, podendo ser contactado pelo telefone nº 219 320 450.

Os esclarecimentos relacionados com a presente comunicação serão prestados pela Divisão Financeira e de Aprovisionamento – [REDACTED] – contacto telefónico 219 320 500.

Condições de pagamento: 30 dias, após a receção da fatura nos serviços da Câmara Municipal.

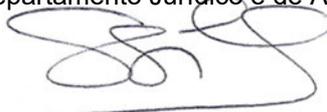
Requisição efetuada com base no cabimento nº 2048 e compromissos nº 2654.

Com os melhores cumprimentos,

Por subdelegação de competências do Diretor Municipal de Gestão e Administração Geral

Despacho nº 3/DMGAG/2021 de 25/10/2021

A Diretora do Departamento Jurídico e de Administração Geral



(Susana Teixeira, Dra.)